

Transformando conhecimento em riqueza, como fazer mais e mais rápido ?

Associação P&D Brasil

**Engº Luiz Francisco Gerbase
Presidente AP&D Brasil**

“Um país só tem sucesso se contar com uma infraestrutura física, intelectual e produtiva que garanta o desenvolvimento de longo prazo” (Prof. E. J. Dosman)

O desenvolvimento econômico de um País está muito associado a sua capacidade de transformar ciência e conhecimento em tecnologia e riqueza. A rápida evolução da cadeia produtiva, do consumo e a necessidade de se preservar os recursos naturais no mundo têm requerido das empresas um alto e contínuo investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) para assegurar sua condição de diferenciação e sustentabilidade no mercado.

O Brasil não tem ficado à margem deste fenômeno, o que tem exigido do País a rápida definição de uma estratégia de posicionamento, para que possamos logo equilibrar nossa riqueza intelectual aos nossos recursos naturais. Urge o desenvolvimento de políticas que protejam e incentivem as empresas que dominam produtos de alto valor agregado, para reduzir nossa dependência tecnológica e nosso grande déficit comercial associado a bens com alta tecnologia embutida. O Brasil é um grande mercado, diverso e dinâmico, mas sem a atuação de nossas empresas no mercado internacional não teremos patrimônio produtivo importante no futuro.

A Associação P&D Brasil

É neste contexto desafiador que surge a Associação P&D Brasil (AP&D Brasil), uma entidade civil sem fins lucrativos com o propósito de promover o desenvolvimento tecnológico e a internacionalização das empresas associadas.

A Associação é formada por empresas do setor eletroeletrônico, que possuem suas bases de P&D no Brasil, e que, com mais de 30 anos de existência em média, já vivenciaram todo um ciclo de criação de produtos de *hardware* e *software*. As empresas apreenderam não só a desenvolver produtos com altíssimo valor agregado, mas também como competir dentro do país em mercados de alta complexidade comercial e econômica.

Estas empresas dominam de maneira exemplar todo o ciclo de P&D&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), e tem suas raízes no conhecimento e empreendedorismo. São hoje mais de 200 empresas com tecnologia desenvolvida por engenheiros, informatas, técnicos altamente especializados

e líderes empresarias, que demonstram com muito afinco o que se pode fazer neste País. Elas já provaram o que sabem fazer, mas agora essas empresas precisam se internacionalizar crescer muito mais nos mercados em que atuam.

Destaca-se, nas empresas que compõem a Associação P&D Brasil, o percentual aplicado em P&D&I, uma média de 15 % da sua receita líquida, percentual muito superior à média nacional, hoje em de 1,6 %.

Resultado de intensas interações com o governo, a Associação foi formalizada em agosto de 2012, pelas 24 associadas fundadoras, tendo sua sede em Brasília/DF.

Fundamentos estratégicos

A Associação é formada por empresas do setor eletroeletrônico, com foco principalmente nos mercados de telecomunicações, automação e energia, sem, no entanto, se limitar a estes segmentos.

Missão:

Promover o desenvolvimento econômico, tecnológico e a internacionalização das empresas associadas.

Visão:

Trazer valor efetivo para seus associados e ser reconhecida na sociedade como associação promotora do desenvolvimento tecnológico nacional.

Valores:

- Tecnologia desenvolvida no Brasil;
- Conhecimento;
- Formação de recursos humanos;
- Relacionamento entre os associados;
- Articulação com entidades governamentais;
- Articulação com entidades de classe e entidades de ensino.

Como objetivos estatutários temos:

- Representar, em todos os níveis, público ou privado, as associadas nos processos relacionados ao tema desenvolvimento tecnológico nacional e internacionalização;
- Elaborar, planejar, propor, executar e divulgar ações e medidas que garantam o alcance dos objetivos e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo;
- Contribuir para o aumento da produtividade e competitividade da economia brasileira, no curto, médio e longo prazos, por meio da maior utilização de tecnologia nacional nas organizações públicas e privadas, governo e sociedade em geral;

- Subsidiar o governo e os órgãos públicos na formulação e execução de estratégias e políticas públicas nas áreas industrial, tecnológica e de comércio exterior;
- Fortalecer ações institucionais e de apoio à atuação de outras associações, institutos e fundações congêneres, visando o aprimoramento da representação empresarial;
- Colaborar para a adoção de um sistema fiscal, tributário, educacional e trabalhista que estimule o desenvolvimento tecnológico nacional e a internacionalização das empresas.

Os atuais marcos regulatórios

O incentivo à criação do conhecimento para transformá-lo em bens e serviços de maior tecnologia e valor tem sido pauta das políticas de desenvolvimento de vários países de destaque mundial. É motivo de preocupação crescente o fato de o Brasil estar perdendo terreno em diferentes aspectos relacionados com esta questão, em especial para vários países asiáticos, apesar de representar uma economia em evolução com atrativos importantes.

Desde 1984, a partir da Lei 7.232, que definiu princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Informática e da Lei 8.248, de 1991, o governo brasileiro incentivou empresas nacionais de produtos de TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) e Automação a realizarem produção e P&D no País.

Incentivados por esta legislação, produzimos hoje qualquer tipo de eletrônica em qualquer quantidade e o País aprendeu a montar fábricas de *hardware* de elevada sofisticação, com linhas automatizadas. Desenvolver produtos eletrônicos, com *software* e *firmware* embarcados, também não é mais um desafio para quem a isto se dedicou com afinco. Foi um belo resultado de uma política industrial, mas o percentual de produtos desenvolvidos no País ainda é baixo.

Complementando ou alterando essas iniciativas, podemos ainda citar a Lei 10.176 de 2001 e a Lei 11.077 de 2004. Ainda, em 2004, a Lei 10.973, denominada Lei da Inovação, e a Lei 11.196, de 2005, conhecida como Lei do Bem, que, associadas ao PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Semicondutores, Lei 11.484 de 2007, vêm estimulando a realização de vários projetos de P&D no País, no lugar da simples reprodução de projetos importados. Outras importantes ações, que colocam a inovação no centro das políticas de desenvolvimento, envolvem a criação dos Fundos Setoriais, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial).

A partir deste arcabouço legal e do espírito empreendedor de jovens empresários, estabeleceu-se no País um conjunto de organizações que, num virtuoso ciclo de aprendizado continuado, utilizando-se do conhecimento existente aliado à disponibilidade de pessoal qualificado em nossas universidades, criou metodologias de realização de P&D no Brasil. Podemos

citar os exemplos bem sucedidos de núcleos empresariais de informática e automação que se estabeleceram junto a importantes universidades e centros de pesquisa importantes, tais como os observados junto à UFRGS, UNISINOS e PUC no Rio Grande do Sul, junto à UFSC e Fundação Certi, em Santa Catarina, e junto ao CPqD, em São Paulo, entre tantos outros distribuídos pelo Brasil.

Apesar de dominarem as metodologias de geração de produtos/serviços diferenciados com P&D próprio, essas empresas ainda carecem de apoio de estratégias governamentais mais ousadas. Precisamos de instrumentos agora mais específicos que alavanquem essa capacidade competitiva criada no mercado interno para outros patamares de sofisticação e tamanho, que permitam dar passos mais relevantes em direção ao mercado externo, como outros países já fizeram.

Precisamos sim de empresas líderes que mostrem o caminho para todos os setores da economia, embarcando nossa inteligência em seus produtos. Gera-se assim o contraponto à avalanche de produtos que desembarcam em nosso País, carregados de horas de trabalho de técnicos de outros países. Nosso sol, água e ferro têm limites de valor, se comparados a esta escalada tecnológica que presenciamos no mundo globalizado.

É muito importante mencionar a Portaria do MCT nº 950 de 12/12/2006, a qual caracteriza os bens ou produtos de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País, demonstrando a consciência sobre o tema. Precisamos agora criar marcos legais mais eficazes com este mesmo espírito.

Os objetivos

Através de suas ações, a AP&D Brasil visa:

- o relacionamento cooperativo entre seus associados;
- o desenvolvimento de políticas industriais adequadas;
- um ambiente favorável ao desenvolvimento tecnológico;
- a promoção da exportação de produtos;
- a formação de recursos humanos;
- o acesso a fundos de financiamento, subvenção e capital diferenciados;
- desenvolvimento de centros de *design* e de P&D&I.

Como conseqüências para o Brasil, estima-se:

- aumento do número de empresas com tecnologia nacional;
- maior faturamento das empresas a partir de bens produzidos no País;
- redução do déficit da balança comercial de produtos eletrônicos pela produção local;
- aumento das exportações do setor;
- maior investimento privado em P&D;

- mais valor agregado nacional na pauta de exportações;
- menor dependência tecnológica em áreas estratégicas.

Considerando que as empresas fundadoras da AP&D Brasil cresceram a partir de suas competências de P&D, nos colocamos para apoiar a modelagem do processo de desenvolvimento de tecnologia no país.

Recentemente, em dezembro de 2011, foi disponibilizada a norma ABNT NBR 16501 – Diretrizes para Sistemas de Gestão da Pesquisa, do Desenvolvimento e da Inovação (P&D&I), elaborada pela Comissão de Estudo Especial de Gestão da PD&I (ABNT/CEE-130) da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, que poderá auxiliar as organizações brasileiras no desenvolvimento e implantação de sistemas de gestão da P&D&I, de forma estruturada e alinhados com padrões internacionais.

A implantação de um sistema de gestão, conforme proposto nesta norma, contribui para proporcionar diretrizes para organizar e gerenciar eficazmente a PD&I e também promover a cultura da inovação na organização.

A AP&D Brasil nasceu totalmente alinhada com os objetivos do Plano Brasil Maior, enquanto parte integrante da política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior estabelecida pelo governo Dilma Rousseff para o período de 2011 a 2014, com foco no estímulo à inovação e à competitividade da indústria nacional.

O perfil das empresas

Atualmente, seus associados têm como característica principal o capital nacional e a base tecnológica sediada no Brasil. Não existem restrições de associação para empresas de capital estrangeiro, desde que possuam significativa base tecnológica no País e estejam alinhadas com os objetivos da AP&D Brasil.

Ao mobilizar as empresas que desenvolvem, além de fabricarem produtos e serviços com alto valor agregado tecnológico nacional, a AP&D Brasil buscará aproveitar as competências presentes nas organizações, na Academia e na sociedade e procurará criar um ambiente tal que motive as empresas a investirem no conhecimento para o aumento da sua competitividade e para um País mais próspero e soberano tecnologicamente.

Apesar de ainda jovem, a AP&D Brasil já conta com o apoio de organizações representativas em seus segmentos de atuação, de diferentes Estados, com propósitos bem determinados e com a firme intenção de somar-se a outras iniciativas no sentido de firmar nosso País entre as principais economias do mundo, através do aumento da capacidade da Nação de gerar e converter conhecimento em riqueza e desenvolvimento social.

Conclusão

A AP&D Brasil entende que nosso País reúne de forma única, em escala e diversidade, vantagens que hoje lhe permitem consolidar e acelerar o desenvolvimento já em curso. As ameaças externas são conhecidas e exigem atenção, assim como os desafios a serem vencidos. Porém, a combinação inédita de oportunidades históricas e alicerces sólidos oferece as

condições para que ingressemos em um novo patamar de desenvolvimento tecnológico no País. Neste sentido, acreditamos que a AP&D Brasil representa mais um passo importante nessa direção, contribuindo com a geração de produtos de maior valor agregado.

É possível sim acelerar o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil, a exemplo de outros países que alcançaram sucesso a partir da criação de políticas sólidas de incentivo ao desenvolvimento industrial e tecnológico, como por exemplo a Noruega, a Coréia do Sul ou Israel. Por meio de uma política assertiva e direcionada ao desenvolvimento dos ativos tecnológicos nacionais estes países conseguiram reverter as adversidades e representam hoje referencial em desenvolvimento de equipamentos e tecnologia para determinados segmentos da economia.

Referências Bibliográficas

- (1) Arbix, Glauco; Salerno, Mario Sergio. **Sete países e uma política: inovação.**
- (2) Cruz, Carlos Henrique de Brito. **A pesquisa que o país precisa.** UNICAMP – RAE Executivo - Vol. 2 - Nº1 - FEV/ABR 2003.
- (3) Gutierrez, Regina Maria Vinhais. **Complexo eletrônico: Lei de Informática e competitividade.** BNDES Setorial 31, p. 5-48.
- (4) Mendes, Ricardo Camargo. **Brasil na rota global de P&D.** Artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo” pelo sócio-diretor da empresa Prospectiva Consultoria em Negócios Internacionais.
- (5) Rodrigues, Mônica Esteves; Barbosa, José Geraldo Pereira; Neto, Cesar Gonçalves. **O Sistema de Inovação Brasileiro.** *HSM Management Update* nº 29 – FEV/2006
- (4) Stal, Eva. **Inovação à Brasileira.** Uninove - GV executivo - Vol. 6 - Nº1 - JAN/FEV 2007.

E-mail para contato

pedbrasil@pedbrasil.org.br